



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

TERMO DE INSPEÇÃO REALIZADA NA COMARCA VINCULADA DE ALCÂNTARAS, EM CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES CONSTANTES DAS PORTARIAS Nº 68 E 71, DE 04 DE JUNHO DE 2013, DA LAVRA DO EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR FRANCISCO SALES NETO, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

No dia 10 (dez) do mês de junho do ano de 2013, às 10 horas, na Salão do Júri da Comarca Vinculada de Alcântaras, onde presentes se achavam o Juiz Corregedor Auxiliar Dr. Neuter Marques Dantas Neto; o Juiz de Direito titular da Vara Única da Comarca de Meruoca, Dr. Rafael Lopes do Amaral, a funcionária pública do Município de Alcântaras, Sra. Maria Keila Caetano, e demais servidores lotados na unidade, teve início a inspeção correcional ordinária, nos termos dos atos administrativos acima epígrafados.

Ao iniciar as atividades, o Juiz Corregedor Auxiliar informou aos presentes a finalidade do ato, ministrando instruções a respeito das ações a serem desempenhadas durante a fiscalização, fazendo referência aos dados do Formulário de Inspeção, Correição e Visita (FICOVI), previamente preenchido sob responsabilidade da Vara e encaminhado à Corregedoria. Após a conferência dos dados constantes do mencionado formulário, iniciou-se o exame das ações em curso no Juízo, priorizando-se a análise em relação às ações referentes aos presos provisórios, mandado de segurança, ação civil pública, além das cartas precatórias. Por amostragem, foram analisados os processos submetidos às Metas 2 de 2009 e 2 de 2010, processos conclusos com prazos excedidos e aqueles que, por expressa previsão legal, exigem tramitação prioritária.

Foram analisados e despachados 130 feitos, o que corresponde a 17,80 % do acervo em tramitação (730 ações), tomando-se por base as informações constantes do SGEC, no mês de abril de 2013.

Por ocasião dos trabalhos, constatou-se que dezenas de ações cíveis e criminais estão com tramitação irregular, notadamente no que diz respeito à realização de expedientes por parte da secretaria da vara. A título de exemplo foram destacados os seguinte processos: 258-81.2012.8.06.0181/0, que aguarda realização de expediente desde 19.02.2013 e processo nº 715-16.2012.8.06.0184/0, aguardando providências desde 23.10.2012.

METAS CNJ: Constatou-se atraso na prestação jurisdicional em relação aos feitos submetidos às Metas 2 de 2009 e 2 de 2010. Há 19 processos submetidos à primeira meta e 20 à segunda.

Quanto às cartas precatórias, verificou-se que quase a totalidade das cartas precatórias não estão cadastradas no SPROC.


Rafael Lopes do Amaral
JUIZ DE DIREITO
MAT. TJ - CE 6512


Neuter Marques Dantas Neto
JUIZ CORREGEDOR AUXILIAR



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

Por outro lado, constam dezenas de ações aguardando a elaboração dos expedientes há mais de 03 meses.

ESTATUTO DO IDOSO: As causas relacionadas ao Estatuto do Idoso não tramitam de forma prioritária, violando expressa disposição legal. Registre-se que a maioria dos feitos não conta com etiqueta identificadora.

Ações penais em curso no módulo: analisadas as ações de réus presos, não se detectou irregularidade. Todavia, urge assinalar, por relevante, que alguns processos envolvendo réus presos merecem uma atenção maior do magistrado, tais como: o feito envolvendo o sentenciado Luiz dos Santos, o qual se encontra preso desde 08 de janeiro de 2013, sendo que o processo do referido detento tramita na Comarca de Caldas Novas, cabendo ao juízo da Comarca Vinculada de Alcântaras apenas dar cumprimento às ordens emanadas daquele juízo; e o processo do detento Antônio Soares dos Santos, o qual está preso, segundo disse, há 04 anos e 01 mês, porém, já sentenciado, além dos presos Francisco Macário Albuquerque, encarcerado há 03 anos e 08 meses; Francisco Michel Cavalcante, preso provisoriamente há 45 dias e Benedito de Oliveira preso também provisoriamente há 15 dias. No que se refere aos processos de presos provisórios, existem 02, os quais estão devidamente impulsionados.

TRIBUNAL DO JÚRI: Não há processo prontos para júri. A última sessão do júri ocorreu há 03 anos.

Verificou-se que os **mandados de prisão** expedidos pela unidade não indicam o prazo de validade com base na causa extintiva da punibilidade, contrariando expressa recomendação do CNJ. Sugere-se a correção da omissão com referência ao prazo de validade nos mandados de prisão. Para tanto, o douto magistrado deverá examinar, de forma individualizada, eventual ordem de prisão expedida, constando formalmente o prazo de validade no instrumento.

Ações afetas ao Juizado da Infância e da Juventude: Não existe ação envolvendo internação provisória ou definitiva de menor.

Bens, armas, munições e substâncias entorpecentes apreendidas: não há armas de fogo apreendidas e muito menos entorpecentes em depósito;

AÇÕES CÍVEIS: Há manifesto atraso nas ações cíveis. Constam dezenas de processos conclusos há meses, inclusive com relação a causas que recomendam a tramitação prioritária, na forma da lei. A título de exemplo, os processos 2003.0005.4348-4/0, ACP proposta em face do ex-prefeito José Ramos Freire que se encontra paralisada desde 05 de maio de 2011 e


Rafael Lopes do Amaral
JUIZ DE DIREITO
MAT. TJ - CE 6512


Neutér Marques Dantas Neto
JUIZ CORREGEDOR AUXILIAR



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a – Cambéba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

ACP 379-12.2012.8.06.0184/0 proposta contra o ex-prefeito Raimundo Nonato Ximenes com conclusão desde 10 de setembro de 2009.

PROJETO PAI PRESENTE: O projeto não foi adotado na Comarca. Orientações foram repassadas com relação ao assunto, procurando reforçar a atuação para a correta implementação do projeto.

DEMAIS MATÉRIAS: a Comarca não conta com quadro de Agentes de Proteção da Infância e Juventude. Há Defensor Público em atuação no módulo, no caso, o Dr. José Neurimar Azevedo de Andrade. A Comarca tem como representante do Ministério Público o Dr. Venusto da Silva Cardoso. Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte: i) a unidade encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009); ii) o juiz que responde pela Comarca está cadastrado no sistema Bacenjud, todavia não se encontra cadastrado nos sistemas Infojud e Renajud (META 8 de 2009). Não concluiu a capacitação em Administração Judiciária (META 8 de 2010); iii) Encontra-se implantado na unidade o sistema de registro audiovisual de audiências (META 2 de 2011), todavia o magistrado não utiliza o sistema. O atendimento ao público ocorre no período das 08 às 14 horas. e) a unidade utiliza o MALOTE DIGITAL; f) constata-se que a Meta 3 de 2011 não foi cumprida; g) a unidade não cumpriu a Meta 1 de 2012 (dados do SGEN); h) quando considerados os quatro primeiros meses de 2013, de acordo com dados extraídos do SGEN, constata-se que a Meta 1 de 2013 não está sendo atingida, uma vez que os feitos sentenciados superam os processos distribuídos iii) Banco Nacional de Mandados de Prisão – Resolução 137/11-CNJ: os mandados não encontram-se cadastrados.

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA: nada apresentado.

BOAS PRÁTICAS: nenhuma informação.

LIVROS: foram analisados os seguintes livros: i) Feitos cíveis do Juizado Especial; ii) Livro de carga aos advogados; iii) livro de entrega de mandados aos oficiais de justiça; iv) protocolo geral; v) carga ao Ministério Público; vi) carga ao juiz; vii) registro de sentenças criminais; **RECOMENDAÇÃO:** Alguns livros não possuem termos de abertura e encerramento, bem como não estão rubricados. **Inexistem** os livros de entrega de alvarás e de correições realizadas.

Com relação às instalações físicas da unidade, verificou-se que encontra-se em prédio que merece reparos. Não há instalação adequada para o acesso de pessoas com necessidades especiais, não havendo banheiro especialmente projetado para esses usuários. Constatou-se, também, que os equipamentos (computadores e impressoras) existentes nas Secretarias são insuficientes para o regular andamento dos feitos judiciais em tramitação. Existem apenas 04 computadores e 02 impressoras.


Rafael Lopes do Amaral
JUIZ DE DIREITO
MAT. TJ - CE 6512


Neuter Marques Dantas Neto
UIZ CORREGEDOR AUXILIAR



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/a - Cambéba - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207.7178 - fax - 3207.7190 - <http://www.tjce.jus.br> - e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

SERVIDOR: A unidade não conta com servidor do quadro do TJCE, todos, em número de 05, são cedidos pela Prefeitura.

CENTRAL DE CONCILIAÇÃO. A unidade instalou a Central de Conciliação.

RECLAMAÇÕES: não foram registradas reclamações específicas quanto ao desempenho do Juízo.

CADEIA PÚBLICA: a cadeia pública da Comarca foi inspecionada constatando-se a existência de 04 presos em regime fechado e 01 em regime semi-aberto, contando o ergástulo com 02 celas e uma capacidade para abrigar apenas 06 detentos. Por ocasião do relatório final, será apresentado termo circunstanciado a respeito da cadeia pública. O magistrado Rafael Lopes do Amaral ainda não realizou nenhuma visita à cadeia. Não consta livro de inspeção.

RECOMENDAÇÕES: sem prejuízo de outras recomendações que venham a ser lançadas ao relatório final, foram formuladas as seguintes, já por ocasião do encerramento da inspeção: **1)** deve haver especial empenho da Unidade quanto ao cumprimento das Metas 2 de 2009 e 2 de 2010; **2)** empenho para a realização de júri, uma vez que já decorreram mais de 03 anos da última sessão; **3)** Recrutamento de agentes da Infância e Juventude; **4)** confecção dos livros faltantes; **5)** priorizar os feitos envolvendo idosos; **6)** correção da omissão com referência ao prazo de validade nos mandados de prisão antigos; **7)** implementação do Projeto Pai [Presente **8)** Visita mensal do magistrado à cadeia **9)** confeccionar o livro de inspeção ao estabelecimento penal.

Por fim, o Juiz Corregedor Auxiliar deu por ultimada a Inspeção às 19 horas do dia 10 de junho de 2013, cujo resultado será formalmente apresentado ao Conselho Superior da Magistratura, através de circunstanciado relatório, o qual será instruído com as planilhas e papéis, onde constarão os registros pertinentes, com o resumo de todo trabalho desenvolvido, os resultados obtidos e demais providências a serem adotadas.

E, para constar, foi lavrado o presente termo, que vai devidamente assinado pelo Juiz Corregedor Auxiliar Neuter Marques Dantas Neto, pelo Juiz titular da Comarca e pela servidora cedida pela Prefeitura Municipal de Alcântaras.

Neuter Marques Dantas Neto
Juiz Corregedor Auxiliar

Rafael Lopes do Amaral
Juiz de Direito


Sra. Maria Keila Caetano